

SOS Grande Porto Alegre

Nos anos 60, um grupo de técnicos alemães passou quase dois anos entre nós, constituindo, junto com urbanistas gaúchos, o que se chamou à época Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM). A missão do grupo era discutir a situação de então da megalópole que já se formava desde Porto Alegre até Novo Hamburgo, tendo como eixo viário principal a BR-116.

À época, o hoje presidente do IAB/RS, arquiteto Danilo Landó, dirigia o projeto pelo lado brasileiro, que indicara ainda o arquiteto Militão Ricardo para diretor executivo.

Ao final de 20 meses de trabalho, o GERM produziu um vasto material técnico e muitas propostas, consolidadas em três alentados volumes que constituíam o Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Com certeza, muitos de vocês sequer ouviram falar do GERM e agora perguntam-se a razão de eu ter recorrido a esta nostalgia urbanística. Acontece que o plano do GERM já abordava muitas questões de interesse comum dos municípios integrantes da Grande Porto Alegre (eram 14, hoje são 23) e que até hoje, passados quase 30 anos, ainda não foram equacionados.

Um exemplo: a destinação final do lixo, pesadelo de qualquer administrador municipal, em especial depois que (felizmente) os ambientalistas passaram a lutar contra os “lixões” criados sem qualquer orientação térmica. Pois o GERM sugeria a criação de usinas metropolitanas de tratamento de lixo, com as prefeituras das cidades beneficiadas cotizando-se nas despesas de implantação e manutenção.

Infelizmente, tal idéia não saiu do papel. Houve, é verdade, uma tentativa. Nos anos 70, o prefeito Telmo Thompson Flores, de Porto Alegre, propôs-se a construir uma usina de lixo para beneficiar a Região Metropolitana. Inicialmente, ela seria localizada nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho; depois, ficaria na área do depósito do Detran (perto da sede da Carris). Houve muitas resistências da oposição e a idéia da usina foi abandonada.

O GERM também concluía, em seus estudos, que para fazer frente à futura demanda por empregos a Região Metropolitana de Porto Alegre deveria atrair indústrias de grande porte. E os técnicos sugeriam preferentemente a automobilística. Hoje, quase 30 anos após, teremos duas fábricas de automóveis instaladas na Grande Porto Alegre.

Os acertos dos planos desenvolvidos pelo GERM aparecem até mesmo quando decisões políticas suplantaram as indicações técnicas. Em 1972, o Governo do Estado resolveu construir um programa de habitação popular em Canoas: o Projeto Guajuviras. Só que a área escolhida pelas autoridades era prevista, no plano do GERM, para a expansão industrial de Canoas, não para habitações. Os técnicos projetavam um crescimento de 200 mil pessoas (de diversas faixas de renda) na população canoense até o ano 2000, e o Projeto Guajuviras, que deveria estar concluído em cinco anos (início dos anos 80) injetaria de imediato 150 mil pessoas com renda familiar de até 5 salários mínimos.

Não adiantaram os protestos dos técnicos do GERM. O Plano Diretor da Região Metropolitana, na parte referente a Canoas, foi alterado e a Secretaria do Trabalho e Ação Social e a Companhia de Habitação do Estado anunciaram com alarde o

Guajuviras. Pois bem: até hoje o projeto vem enfrentando problemas, entre eles unidades habitacionais invadidas.

A Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) sucedeu ao GERM. E tem produzido excelentes trabalhos relativos à nossa megalópole. Mas, como ocorria já nos anos 60, falta-nos, na verdade, é um espírito metropolitano. Ou seja, que os prefeitos das sei lá quantas cidades que atualmente constituem a Grande Porto Alegre dispam-se de suas arrogâncias, da tendência de impor suas vontades e passem a discutir nossos problemas comuns, como saneamento básico, habitação, transporte, educação e segurança pública, entre outros.